



VACINA NO BRAÇO



A direção do Sindipetro Caxias em uma ação articulada com o SITICOMMM, o verador Sandro do Sindicato e a prefeitura de Duque de Caxias, levou para os trabalhadores próprios e terceirizados da base (REDUC, TECAM e UTE-GLB) e do polo petroquímico de Campos Elíseos mais de mil doses de vacina do COVID-19.

Na manhã do dia 09/07, 130 petroleiros próprios da Petrobrás foram imunizados com a vacina de dose única, Janssen. No total foram vacinadas 1050 pessoas.

Para o diretor do Sindicato, Luciano Santos, o posto montado no estacionamento do portão 5, próximo à rótula, pela secretaria municipal de saúde com o apoio dos sindicalistas com pessoal e estrutura, deveria estar disponível aos trabalhadores do polo e da Petrobrás diariamente, até que todos os trabalhadores estejam imunizados.

“Atuamos em uma área essencial



para o país, e em turnos ininterruptos de trabalho e atividades administrativas. Nem todo trabalhador(a) consegue ir até um posto de saúde na data em que está previsto no calendário dos municípios em seus locais de residência. Ainda assim, o dia 9 de julho foi um dia para celebrar a defesa da vida, uma grande conquista para todos e estará marcado na história da base do Sindipetro Caxias. Esta ação mostra como os trabalhadores são essenciais, pois suas atividades garantem a energia que move esse país e somente a

imunização com a vacina trará a segurança nestes tempos de pandemia para a classe petroleira na continuidade operacional das fábricas da Petrobrás”, afirma o diretor.

A direção do Sindipetro Caxias está em contínua articulação política para priorizar mais vacinas para a categoria, pois os trabalhadores não aguentam mais este estado de insegurança e mortes na base diante do negacionismo do presidente Bolsonaro - principal culpado deste genocídio que já levou mais de 530 mil brasileiros e brasileiras.

Lembramos que mesmo depois de imunizados pela vacina, devemos continuar usando as máscaras, de preferência a PFF2, manter o distanciamento seguro de 2 m e a higienização constante das mãos. Não podemos esquecer jamais daqueles(as) que foram mortos pelo descaso político do governo federal em negar a vacina a tempo de salvar a vida de nossos companheiros(as).

PROJETO QUE ANULA RESOLUÇÃO 23 DA CGPAR É APROVADO EM BRASÍLIA

No dia 13 de julho, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 956/2018, da deputada Erika Kokay (PT/DF), que torna sem efeito a Resolução 23 da CGPAR. Foram 365 votos a favor e 39 contra.

A mobilização dos sindicatos e trabalhadores garantiu esta importante vitória contra os ataques que os planos de saúde autogeridos por empresas estatais vêm sofrendo desde 2018, em função das medidas impostas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

O projeto segue agora para o Senado e, se aprovado, acaba com as medidas nefastas impostas pela resolução, como a redução da participação das estatais no custeio dos planos, a proibição da adesão de novos contratados, a restrição de acesso para os aposentados, a cobranças por faixa etária, prejudicando os beneficiários idosos, que são os que mais necessitam de cuidados com a saúde, entre outras determinações da CGPAR.

Desde que a Resolução 23 foi publicada, a FUP e seus sindicatos vêm se mobilizando para derrubar a medida e evitar que os trabalhadores do Sistema Pe-

trobrás fossem impactados pelas imposições da CGPAR. Durante as negociações do Acordo Coletivo, várias ações foram tomadas neste sentido, visando postergar e minimizar o máximo possível os reflexos da resolução sobre a Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS).

Por ser um decreto legislativo, o PDC 956/2018 não precisa de sanção presidencial. Mas antes, o projeto precisa ser colocado em votação no Senado. Por isso, mais do que nunca, é preciso aumentar a pressão sobre os parlamentares, focando agora na aprovação do PDC no Senado.

PROJETO GENOCIDA FAZ MAIS UMA VÍTIMA FATAL NA REDUC

400 mil mortes poderiam ter sido evitadas, inclusive a do TO Breno

Quantas das mais de 500 mil mortes por COVID-19 poderiam ter sido evitadas no Brasil? De acordo com Pedro Hallal, epidemiologista e pesquisador da Universidade Federal de Pelotas, quatro em cada cinco mortes pela doença no país eram evitáveis caso o governo federal tivesse adotado outra postura — apoiando o uso de máscaras, medidas de distanciamento social, campanhas de orientação e ao mesmo tempo acelerando a aquisição de vacinas.

De acordo com suas estimativas apresentadas durante audiência na Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, pelo menos 400 mil pessoas não teriam morrido pela pandemia.

A CPI da COVID que investiga as suspeitas de corrupção no processo de compra das vacinas, já juntou elementos suficientes para atribuir ao presidente Bolsonaro crime de responsabilidade, condição básica para a abertura de um processo de impeachment. Além da suspeita de prevaricação, as hipóteses de omissão e crime contra a saúde pública são consideradas graves, porque as ações atentam contra um direito constitucional dos brasileiros, o direito à saúde.

A falta de comprometimento do governo federal com a vida, reflete dentro da Petrobrás. Vivemos um momento muito difícil para a categoria petroleira, onde o trabalhador perde

direitos, perde a vida, em troca de capital para alguns acionistas. O mercado urge e os peões sangram. Falta de equipamento de proteção adequado e escolha inadequada do método de testagem, que faz com que o ambiente de trabalho se torne um grande propagador do vírus. Sem mencionar a falta de manutenção e o sucateamento das fábricas. É nesse cenário que o Sindipetro Caxias trabalha todos os dias em meio a uma pandemia e um governo fascista genocida em busca de um mínimo de dignidade e direitos para aqueles que realmente movem o Brasil. Parabéns a todos os companheiros que estão resistindo junto conosco nessa batalha. Breno, Presente.

REDUC EM LUTO

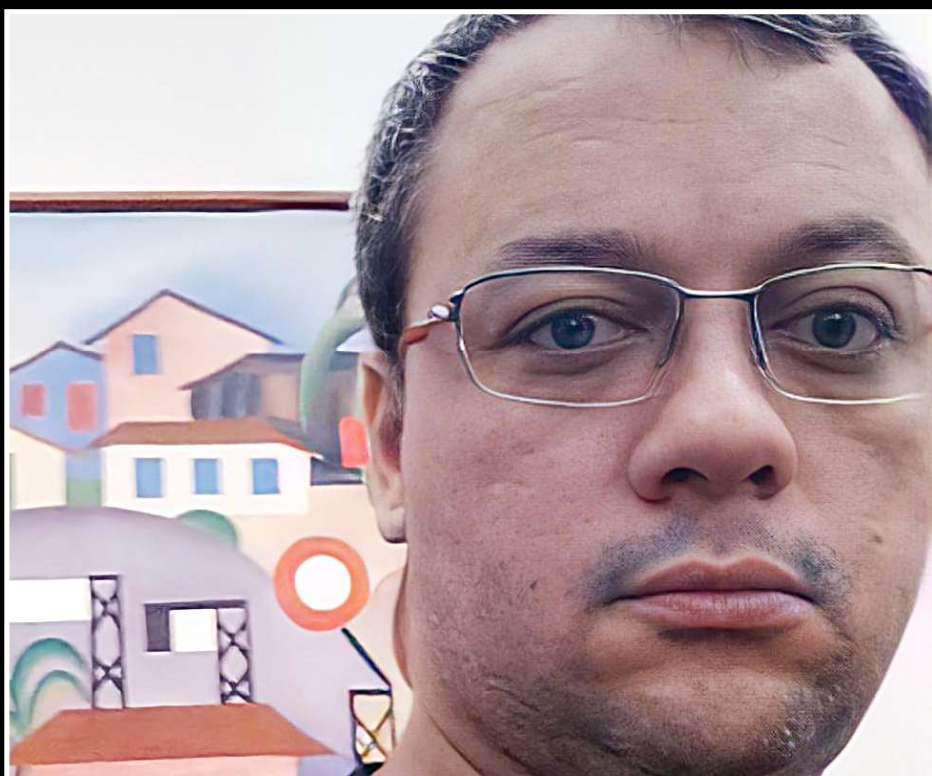
A pandemia e o descaso gerencial da Refinaria fizeram mais uma vítima do Coronavírus.

No sábado, 10/07, perdemos o técnico de operação e companheiro Breno Dumoulin Dos Reis por consequências do COVID-19.

Breno tinha apenas 42 anos de idade e trabalhava na REDUC, no setor de tratamento de água e efluentes (TEU/AE). Ele é o segundo trabalhador próprio a vir a óbito devido ao COVID-19, somando 7 vidas perdidas na refinaria para a pandemia.

O Sindipetro Caxias e a categoria se solidarizam com os familiares do Breno.

Breno, presente!



ELEVADOR DO COQUE

Há anos o Sindipetro Caxias luta pela melhoria do projeto de acesso ao reator e aumento do efetivo na área

O elevador de acesso aos níveis dos reatores do COQUE, que possui mais de 70 m de altura (equivalente a um prédio de 24 andares), sempre foi um problema para os trabalhadores por conta de suas recorrentes quebras e sua porta que só fecha e abre em manual.

Os operadores do COQUE (U-4100/4200/4250/4300) já possuem um histórico sobrecarga de trabalho, pois desde 2017 sofrem com a redução do número mínimo seguro de trabalhadores no turno. O O&M reduziu o número de operadores na área de seis para quatro. Agora sem elevador - o que obriga o peão a subir e descer várias vezes os inúmeros lances de escada durante um extenuante turno de 12 horas - essa sobrecarga é aumentada.

A direção do Sindipetro Caxias se reuniu com o gerente-geral da REDUC e solicitou a volta do número mínimo de 6 operadores de área diante das limitações e



dificuldades de acesso aos locais de trabalho.

O Sindicato também sugeriu a montagem de um novo elevador, parecido com o que é utilizado nas construções civis ou mesmo nas paradas de manutenção para

transporte de cargas e pessoas. Devendo ser instalado em um local externo, mas com acesso a todos os níveis dos reatores, de forma segura e com laudos técnicos que garantam a segurança dos petroleiros.

O elevador do COQUE está parado há mais de duas semanas, com o número reduzido (quatro) de operadores de área e a situação não possui solução. O problema é que somente quem projetou este elefante branco pode consertar, e a empresa não tem mais o contrato para manutenção. Este cenário só é mais um exemplo da falta de planejamento e de gestão sobre a unidade, que vem apresentando este problema de forma recorrente. A REDUC não pode ser tratada como uma refinaria clandestina isolada no meio do mato. Não dá para a Petrobrás ficar na mão de um cara só pra “dar um jeitinho”. É preciso mais responsabilidade e profissionalismo dos gestores.

TERCEIRIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

Sem nenhuma consulta aos trabalhadores ou comunicação com as respectivas representações sindicais, a Petrobrás realizou um processo de licitação - que ficou aberto entre os dias 25 de maio e 16 de junho - para terceirizar os serviços de apoio à operação no setor de Tratamento de água - ETA e de Despejos industriais - ETDI em seis unidades, pelo período de dois anos.

Serão 109 vagas transferidas para a iniciativa privada em seis refinarias: Landulpho Alves (Rlam), na Bahia; Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná; Abreu e Lima (RNest), em Pernambuco; Presidente Bernardes (RPBC), Paulínia (Replan), em São Paulo e Reduc.

A Direção do Sindipetro Caxias vem denunciando a precarização nas condições de trabalho de petroleiros próprios e terceirizados

- estes últimos com contratos mais frágeis e portanto poucas garantias de estabilidade no emprego e empregabilidade.

Já observamos ao longo dos anos a substituição de mão de obra própria por terceirizada na manutenção, vigilância patrimonial e em diversos outros setores, mas a terceirização da operação, atividade-fim da indústria, vem como uma novidade advinda da deforma trabalhista aprovada no governo Temer.

Tomando como exemplo a terceirização que vem ocorrendo no laboratório da REDUC, onde atualmente existem 18 trabalhadores terceirizados, a precarização das condições de trabalho desses profissionais é evidente. O setor é responsável pelo controle de qualidade de toda a produção e mesmo assim trabalha com efetivo reduzido, o

que incorre em jornadas além de insalubres exaustivas e, como se não bastasse, o salário pago aos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados está abaixo do piso estadual.

É nítida a intenção da Petrobras de reduzir custos às custas da redução de direitos e garantias dos trabalhadores. Seguindo à risca o dito do presidente Bolsonaro que afirma que devemos ter “mais empregos e menos direitos”, a direção da Petrobrás aplica essa fórmula sem pestanejar. E o resultado não poderia ser outro senão trabalhadores adoecendo, insegurança industrial e mortes dentro e fora das fábricas.

O Sindipetro Caxias está em diálogo direto com a FUP para a construção de uma pauta nacional de luta por concurso público e retorno de investimentos.

BR DISTRIBUIDORA AGORA É 0% PETROBRÁS

Sem alarde, governo Bolsonaro concluiu a privatização da empresa no fim de junho, se desfazendo do restante das ações que a Petrobrás detinha

A privatização da BR Distribuidora começou em julho de 2019, quando a então gestão de Castello Branco entregou ao mercado o controle acionário da subsidiária abrindo mão de um setor estratégico para os negócios da petrolífera. Ao se desfazer agora dos 37,5% de participação que ainda detinha na BR, a Petrobrás perde de vez a sua integração no setor, entregando à concorrência uma fatia considerável do quarto maior mercado consumidor de derivados de petróleo do mundo.

Sua privatização, além de acentuar a desintegração do Sistema



Petrobrás, coloca em xeque a própria identidade da estatal. “A população não consegue ver a Petrobrás em plataformas de petróleo e sim nos postos de gasolina. Com a venda da BR, isso acaba,

pois a empresa perde o contato direto com o consumidor”, alerta Cloviomar Cararine, economista do Dieese que assessora a FUP.

De acordo com o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Inep, a Petrobrás só perde com esta privatização e ainda está criando um monstro, pois a BR pode se tornar uma empresa de petróleo integrada e competir com a estatal, com a vantagem de estar atuando no segmento de distribuição e, o que é pior, utilizando a própria marca da Petrobrás.

Fonte: FUP

ELEIÇÃO NA APS

A FUP e demais entidades que representam os trabalhadores e aposentados do Sistema Petrobrás – FNP, Confederação Nacional dos Marítimos (Conttmaf) e a Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobras e Petros (Fenaspe) – encaminharam, no dia 07, uma notificação extrajudicial conjunta ao presidente da Petrobrás, general Joaquim Silva e Luna, e aos membros da diretoria e do Conselho de Administração da estatal, justificando a recusa das entidades em participar da formação da Comissão Eleitoral para composição dos Conselhos da ilegal Associação Petrobrás de Saúde (APS), cuja constituição está sendo judicialmente questionada pelas representações dos beneficiários da AMS.

Na notificação, as entidades cobram a suspensão do processo eleitoral e dos demais procedimentos em curso que visem legitimar a

APS e requerem a realização de uma reunião urgente com o presidente e a diretoria da Petrobrás para que sejam expostas as denúncias de irregularidades e improbidade administrativa na criação da Associação. O documento ressalta, passo a passo, as ilegalidades cometidas pela gestão da empresa ao transferir para a APS a gestão da carteira bilionária da AMS, contrariando a Constituição federal, resoluções da ANS e o próprio Acordo Coletivo de Trabalho, já que trata-se de um plano autogerido e de um direito garantido coletivamente pela categoria petroleira.

De acordo com o advogado da FUP, Celson Oliveira, em live realizada no dia 08/07, as entidades também questionam a legitimidade do pretenso processo eleitoral para os órgãos gestores da APS, afirmando que “a previsão estatutária de participação dos Associados Beneficiários ou Patrocinados, no âmbito do Conselho Deliberativo e

do Conselho Fiscal, dá-se de forma meramente ilustrativa, ante o controle numérico (maioria) exercido pela Petrobrás em face destes cargos eletivos e o controle absoluto exercido sobre a Diretoria Executiva, mediante indicações inamovíveis, em clara violação à soberania assemblear prevista no inciso I do Art. 59 do Código Civil”.

O regulamento eleitoral divulgado impede mais da metade dos petroleiros, tanto da ativa, quanto aposentados, de se candidatarem por exigir nível superior. E, mesmo com essas restrições, limita a candidatura dos beneficiários a profissionais com formação em áreas financeira, contábil, administrativa, jurídica ou de saúde, sendo que a AMS é de interesse de todos, destaca o advogado.

Assista na íntegra ao programa Seguridade e Cidadania, da Feredecção Única dos Petroleiros pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=ekfebJbJude>